

Séries bilíngües serão extintas até 87

As escolas estrangeiras que funcionam no Estado têm prazo até 1990 para dar aulas a todas as séries do 1º grau em português e ter seus certificados reconhecidos no país. A decisão, tomada pelo Conselho Estadual de Educação, estabelece que o fim das séries bilíngües será paulatino e já em 1987 nenhuma escola poderá ter turmas de quinta série com aulas em língua estrangeira; a menos que queira funcionar como curso livre.

O Conselho decidiu também intensificar a fiscalização das escolas estrangeiras que optam por ter seus certificados validados no país porque, segundo denúncias recebidas de pais de alunos, algumas empregam professores não habilitados para aulas de português e não cumprem o currículo de história do Brasil.

O procurador da República Paulo Bessa Antunes, do Conselho Estadual de Educação, disse ontem que nenhuma escola estrangeira está proibida de dar suas aulas em inglês, francês, alemão ou qualquer outra língua e não seguir o currículo do país, desde que opte por funcionar como curso livre. Neste caso, seu certificado não poderá ser reconhecido no Brasil e seus alunos não poderão fazer o 2º grau nas escolas regulares do país.

— Colégios como o Redentor, que dá aulas em alemão, ou a Escola Americana, com aulas em inglês — disse Paulo Bessa — terão que optar: ou dão todo seu ensino em português, ou transformam-se em cursos livres. Em todos os países é assim e, se elas quiserem,

podem se estruturar de acordo com o ensino em outro país e ter seu diploma reconhecido por ele.

Para que as crianças já matriculadas nas escolas bilíngües não sejam prejudicadas, o Conselho Estadual de Educação decidiu terminar com a quinta série em língua estrangeira a partir de 1987; em 88 termina a sexta série; em 89, a sétima; e, em 90, a oitava.

O Conselho Estadual de Educação passa também a ser o responsável pela fiscalização dessas escolas e mudará o esquema de supervisão, pois cada escola é supervisionada há anos pelo mesmo professor. “Os alunos não serão prejudicados” ressaltou Paulo Bessa, “mas a lei será cumprida”.